



2º ENAU

ENCONTRO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA

RECIFE - PERNAMBUCO

Cidades que plantam! Agroecologia urbana na luta contra fome e por justiça climática

Carta Política do 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana - 2º ENAU

30 de Julho a 2 de Agosto de 2025 - Recife, PE

Após 10 anos do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, realizado no Rio de Janeiro em 2015, tendo passado por um período de ameaças à democracia e retrocessos nas políticas públicas no Brasil entre os anos 2016 e 2022; pela pandemia de Covid19, aumento da fome e da pobreza; mas também de resistência da sociedade civil e das redes de agricultura urbana, voltamos a nos encontrar em Recife no 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana, entre os dias 30 de julho e 02 de agosto de 2025. A sede do encontro foi a Fiocruz Pernambuco, como resultado de uma importante parceria com a Coordenação de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (CAAPS), e carrega profundo significado simbólico e estratégico. A Fiocruz, referência nacional em saúde pública e coletiva, reafirma, ao sediar o evento, a intrínseca conexão entre saúde e agricultura urbana. Cultivar alimentos nas cidades é, também, cuidar da saúde – do corpo, do território e das relações sociais. É promover alimentação saudável, prevenir doenças, combater a fome e fortalecer os laços comunitários. Essa união de forças amplia as lutas por justiça ambiental, climática e social.

Celebramos que o Encontro esteja acontecendo exatamente na semana que foi anunciado que o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome! Sabemos que precisamos seguir na luta pela construção da soberania alimentar, da garantia da alimentação saudável e de qualidade e pelo reconhecimento do papel da agricultura urbana e da agroecologia nessa construção. Por outro lado, repudiamos veementemente o Projeto de Lei 2.159/2021, conhecido como PL da Devastação, que fragiliza os instrumentos de licenciamento e controle ambiental do nosso país e representa um grave ataque às áreas protegidas e aos povos e comunidades tradicionais defensores do território. Clamamos pelo veto total do Presidente Lula e abertura de um processo democrático e participativo para a construção de uma nova proposta de licenciamento ambiental! Esse ataque às áreas protegidas afeta vários territórios com presença de experiências de agricultura urbana e agroecológica.

Reunimos aproximadamente 300 agricultoras/es urbanas/os, técnicas/os de instituições de assessorias governamentais e não governamentais, professoras/es e pesquisadoras/es, gestoras/es públicas/os, representantes de redes territoriais e experiências de agricultura urbana de 20 estados das 5 regiões do Brasil, sendo em sua maioria mulheres que cuidam das pessoas, da natureza, das cidades e representam as múltiplas identidades e conexões das agriculturas urbanas: são cozinheiras, raizeiras, processadoras, pescadoras, artesãs, faveladas e periféricas, quilombolas, indígenas, povos de terreiro, pessoas LGBTQIAPN+, participantes de movimentos de luta por moradia, participantes de hortas comunitárias e tantos outros sujeitos.

A diversidade de experiências de agricultura urbana vista no ENAU demonstra que estamos vivas e resistindo aos desafios impostos pela especulação imobiliária, pelo descaso público e pelas práticas colonizadoras, machistas e racistas que imperam na sociedade. Ao contrário, demonstramos ser uma rede potente de iniciativas que estão reunidas e articuladas em coletivos locais, fóruns estaduais e regionais e se identificam com os princípios do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana.

Essa diversidade pôde ser vista nas instalações pedagógicas, apresentadas no primeiro dia do Encontro: as hortas escolares que potencializam a educação ambiental pública e a segurança alimentar em Cametá, Pará; a luta de pescadores artesanais contra o avanço predatório de empreendimentos privados no município de Santarém, Pará; a resistência do CERAUP promovendo formação para agricultoras/es urbanos e a parceria entre universidade e comunidades na construção do conhecimento agroecológico em Maringá, Paraná; a construção de redes para fortalecimento das iniciativas apresentada pelo Fórum de Hortas Urbanas e Periurbanas de Porto Alegre, Rio Grande do Sul; a experiência das mulheres em seus quintais produtivos que compõem a Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA); a criação de tecnologias sociais territorializadas e a produção de plantas medicinais populares da Horta Girassol em Brasília, Distrito Federal; a potência da luta das mulheres pretas e periféricas em defesa da produção agroecológica em territórios metropolitanos, expressada pela Rede de Agricultoras Paulistanas Periféricas e Agroecológicas (RAPPA) de São Paulo, e pela Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), no Rio de Janeiro.

A diversidade também se expressa no bojo da construção coletiva do Encontro, feito com parceiros da sociedade civil, com órgãos de diversas escalas governamentais, com fundações, com universidades e núcleos de pesquisa e extensão, com movimentos sociais, com financiadores, com redes territoriais de agroecologia e com a potência solidária de agricultoras/es vindos de diversos cantos do país. Foi um encontro feito a muitas mãos, com muita garra e parceria tecida com delicadeza e compromisso. Demonstramos à sociedade brasileira a força do trabalho coletivo, colaborativo e em rede, pois é assim que se constrói a agroecologia: braços dados, pés na terra, punho em riste e corações enlaçados.

O evento reafirmou que a superação da pobreza, das desigualdades sociais e das violências exercidas sobre os povos e comunidades ainda é central para a garantia da justiça climática no nosso país. Precisamos de um novo modelo de cidades integradas com a natureza, produtoras de vida e que reconheçam as agricultoras/es urbanas/es como guardiãs e guardiões dos espaços verdes urbanos e da soberania alimentar.

Nesse sentido, repudiamos veementemente o Projeto de Lei 2.159/2021, conhecido como PL da Devastação, que fragiliza os instrumentos de licenciamento e controle ambiental do nosso país e representa um grave ataque às áreas protegidas e aos povos e comunidades tradicionais defensores do território. Clamamos pelo veto total do Presidente Lula e abertura de um processo democrático e participativo para a construção de uma nova proposta de licenciamento ambiental! Esse ataque às áreas protegidas é histórica e está presente no território em que estamos. Na APA Aldeia-Beberibe, maior fragmento de Mata Atlântica da RMR, o Exército quer instalar uma escola de sargentos em área protegida, sem licenciamento completo, sem consulta pública e sem controle social. Estamos aqui pela defesa da APA Aldeia-Beberibe e valorização de todas as experiências de agricultura urbana que existem neste território!

Mesmo após 10 anos entre a primeira edição do Encontro Nacional e agora, a agricultura urbana segue encontrando desafios estruturantes para seu reconhecimento e visibilidade na agenda pública. Apesar da aprovação da Política Nacional de Agricultura Urbana e da estruturação do Programa Nacional, as iniciativas ainda encontram impedimentos no acesso a recursos, o orçamento público é restrito e a participação social é insuficiente e localizada. Reivindicamos espaço amplo de diálogo do governo com a sociedade civil no planejamento e execução da Política / Programa Nacional de Agricultura Urbana e para definição de prioridades de ações, processos e uso dos recursos públicos. Esse diálogo deve ter por diretriz o princípio da intersetorialidade das políticas, considerando as agendas da agroecologia, da reforma urbana e do direito à cidade como fundamentais para que as políticas de agricultura urbana sejam de fato produtoras de justiça social e ambiental.

A agricultura urbana é diversa, dinâmica e criativa e guarda em si a garantia de muitos direitos e significados sobre o que é viver e morar na cidade. Identificar esses sujeitos, de forma a garantir o acesso a políticas públicas a eles, e mapear as experiências existentes no país ainda é um grande desafio. Afinal, quem planta na cidade? Quais são as diversas agriculturas urbanas existentes nos territórios e como apoiá-las de forma qualificada? Apesar dos avanços, ainda há uma longa caminhada em direção a um Cadastro Nacional de Agricultura Urbana, uma vez que os cadastros federais existentes são insuficientes para contemplar a diversidade existente de práticas.

São histórias de vida e de luta de sujeitos e territórios que vivenciam grandes ameaças, tanto pelo setor imobiliário, como é o caso da Horta Caranguejo Tabaiães, realocada para construção de moradias, quanto por grandes empreendimentos. Agricultura urbana expressa a resistência e a resiliência dos povos marginalizados que lutam por viver, morar e plantar nas cidades. Mesmo sem apoio do Poder Público, as iniciativas da sociedade civil seguem na construção de redes solidárias nos territórios, como é o caso da Cozinha Comunitária Vila dos Milagres e da Cozinha Solidária do MTST, que serviu mais de 2.700 refeições durante o encontro, com alimentos da agricultura familiar e agroecológica da Região Metropolitana de Recife.

A Feira de Sabores e Saberes do Encontro também demonstrou a criatividade e inventividade da produção de agricultoras/es urbanas/os e grupos e coletivos organizados. Repleta de cores e aromas, foi demonstrado que a cidade produz com diversidade e abundância.

O Encontro reforçou o quanto as iniciativas são espaços de acolhimento e cuidado, sendo protagonizadas principalmente por mulheres pretas e periféricas, assim como povos e comunidades tradicionais e povos marginalizados. Espaços como a Horta Periféricas, protagonizada por mulheres LGBTQIAPN+, a Horta 15 de Novembro e o CEFOMP, onde o cuidado com as plantas medicinais, nos mostram que o cuidado em saúde coletiva é um dos grandes promotores da constituição destes lugares. Apesar da carência por infraestrutura básica nas comunidades, são as mulheres que sustentam a permanência destas ações de solidariedade e saúde comunitária.

É nesta perspectiva do cuidado que o Encontro buscou garantir a presença das infâncias e das juventudes. O Espaço da Ciranda da Primeira Infância, fruto de uma parceria com a Prefeitura de Recife, possibilitou a participação de famílias no Encontro. Jovens da agricultura urbana, organizados em coletivos e grupos, demonstraram que nas cidades a agroecologia pulsa e se renova, com energia, compromisso e presença.

A agricultura urbana representa a integração dos sistemas alimentares. Ela conecta o alimento produzido nas hortas com as cozinhas do território, com equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social, como visto na experiência do Centro de Referência Fátima Caio (CECON), e com espaços de gestão de resíduos sólidos orgânicos, como o Sistema Agroflorestal Urbano e Compostagem (SAFUC). Fazer a cidade ser resiliente frente às mudanças climáticas é uma das inúmeras contribuições da agricultura urbana e esse reconhecimento precisa ser expresso no orçamento público.

As mudanças precisam partir do território. São as/os agricultoras/es urbanas/os que são responsáveis por criar a vida em locais urbanos abandonados, produzindo uma cidade pautada na justiça social, na solidariedade e no cuidado. O combate à fome e à desnutrição está no cerne destas práticas e se une à outras lutas por direitos socioambientais e pelo acesso à terra e às águas. As experiências da Horta da

Fazendinha, Horta da Ilha de Deus e do coletivo Chié do Entra nos mostram essa potência da proteção dos territórios como uma forma de resistir e de criar inovações agroecológicas que nos apontam futuros do bem viver comum. São os pés fincados na terra e criando raízes que conseguem se contrapor à expropriação das comunidades.

Os Seminários Temáticos realizados promoveram uma rica troca de experiências e a construção coletiva de propostas visando o fortalecimento das práticas agroecológicas nos territórios urbanos. Foram apresentadas políticas municipais de AU, experiências de construção do conhecimento agroecológico na pesquisa, extensão e assessoria técnica, inovadoras tecnologias sociais de agricultoras urbanas e as redes de territoriais de agricultura urbana que promovem saúde coletiva.

O Coletivo Nacional de Agricultura Urbana reforça o seu compromisso em articular redes territoriais e experiências de agricultura urbana no Brasil. Reforça suas parcerias com os movimentos sociais do campo, das águas, das florestas e das cidades na luta pela garantia de direitos. Reforça o seu compromisso no diálogo com as instituições públicas na execução de projetos de pesquisa, ensino e extensão. Reforça o seu compromisso com o governo federal na elaboração, monitoramento e execução de políticas públicas.

A Agricultura Urbana que praticamos e compreendemos, com seus vários significados e diversidades de atores, contribui para a democratização e a estruturação do espaço urbano com vida digna para todos os povos. Nós, agricultoras/es urbanas/os, construímos cidades que plantam! Acreditamos na agroecologia urbana na luta contra a fome e por justiça social, alimentar e climática.

Nesse sentido, celebramos toda essa construção e convocamos todos, todas e todes para realizarmos juntos o 3º Encontro Nacional de Agricultura Urbana em 2028!